

COMANDO DA AERONÁUTICA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA



Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2017.

BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA Nº 020



Para conhecimento do Pessoal da Aeronáutica, publico o seguinte:

PRIMEIRA PARTE

ATOS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

SEÇÃO I - PODER LEGISLATIVO (Sem alteração)

SEÇÃO II - PODER EXECUTIVO

1 - DISPENSA

PORTARIA Nº 64, DE 31 DE JANEIRO DE 2017.

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º da Portaria nº 117, de 31 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, resolve:

Dispensar a Cap Med GELMA LÚCIA NUNES DA SILVA, da função de Assistente Militar da Coordenação de Saúde da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração da Secretaria-Executiva da Secretaria de Governo, excluindo-a do grupo "D" da tabela anexa à Portaria no 16-CH-CM, de 30 de novembro de 1998, a contar de 31 de janeiro de 2017.

IVANI DOS SANTOS
(DOU2 Nº 23, DE 01 FEV 2017)

SEÇÃO III - PODER JUDICIÁRIO (Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

SEGUNDA PARTE

MINISTÉRIO DA DEFESA

1 – DESIGNAÇÃO

PORTARIA Nº 376/DIGER/MD, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo contido na alínea "d" do inciso I do art. 4º da Portaria nº 1.839/MD, de 9 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 subsequente, alterada pela Portaria nº 372/MD, de 3 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 4 subsequente, considerando o disposto no Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, e na Portaria Normativa nº 2.323/MD, de 31 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 171, Seção 1, de 3 de setembro de 2012, resolve:

Designar a 2S SAD JOANNE DE SOUZA COSTA para a função de Supervisora, código Nível V, da Diretoria de Administração e Finanças deste Centro Gestor.

ROGÉRIO GUEDES SOARES
(DOU2 Nº 23, DE 01 FEV 2017)

2 – DISPENSA

PORTARIA Nº 393/SEORI/MD, DE 31 DE JANEIRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelos incisos I e IV do art. 54, capítulo IV, anexo VIII da Portaria Normativa/MD nº 564, de 12 de março de 2014, e considerando o disposto no art. 8º da Portaria Normativa/MD nº 2.323, de 31 de agosto de 2012, e o que consta do Processo Administrativo nº 60583.000312/2017-98, resolve:

Dispensar o Cel Av VALÉRIO DE OLIVEIRA RAMOS de ficar à disposição da administração central do Ministério da Defesa, a contar de 23 de janeiro de 2017.

PORTARIA Nº 394/SEORI/MD, DE 31 DE JANEIRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelos incisos I e IV do art. 54, capítulo IV, anexo VIII da Portaria Normativa/MD nº 564, de 12 de março de 2014, e considerando o disposto no art. 8º da Portaria Normativa/MD nº 2.323, de 31 de agosto de 2012, e o que consta do Processo Administrativo nº 60583.000285/2017-53, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

Dispensar o 1º Ten QOEA SVA FRANCISCO CARLOS BEZERRA MIRANDA de ficar à disposição da administração central do Ministério da Defesa, a contar de 25 de janeiro de 2017.

FRANSELMO ARAÚJO COSTA
(DOU2 Nº 23, DE 01 FEV 2017)

3 – NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 395/SEORI/MD, DE 31 DE JANEIRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso I do art. 4º da Portaria/MD nº 1.839, de 9 de dezembro de 2010, considerando o disposto no Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, e na Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, e o que consta do Processo Administrativo nº 60583.002905/2016-16, resolve:

Nomear a 3S SAD SAMANTHA MELO MOREIRA, para exercer o cargo de Assistente Técnico na Gerência de Orçamento e Finanças do Departamento de Administração Interna desta Secretaria, código DAS 102.1.

FRANSELMO ARAÚJO COSTA
(DOU2 Nº 23, DE 01 FEV 2017)

4 - PRÓPRIO NACIONAL RESIDENCIAL - OUTORGAR A PERMISSÃO DE USO

PORTARIA Nº 369/ASSADI/MD, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA, SUBSTITUTO, em conformidade com a Portaria nº 77/SEORI/SG-MD, de 4 de março de 2016, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e III do art. 30, Anexo I do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 e no § 2º do art. 12 da Portaria Normativa nº 993/MD, de 30 de abril de 2015, e o que consta no Processo Administrativo nº 60583.002570/2016-28, resolve:

Art. 1º Outorgar a Permissão de Uso do Próprio Nacional Residencial situado na SQS 112, Bloco "K", Apartamento nº 304, Asa Sul, ao Cel Int GERALDO DA COSTA LEITE, conforme previsto no inciso IV do art. 3º da Portaria Normativa nº 993/MD, de 30 de abril de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes do uso do PNR deverão ser cobradas do permissionário a partir da data da ocupação, que será publicada em Boletim de Pessoal e Serviço deste Ministério.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

PORTARIA Nº 371/ASSADI/MD, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA, SUBSTITUTO, em conformidade com a Portaria nº 77/SEORI/SG-MD, de 4 de março de 2016, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e III do art. 30, Anexo I do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 e no § 2º do art. 12 da Portaria Normativa nº 993/MD, de 30 de abril de 2015, e o que consta no Processo Administrativo nº 60583.003352/2016-19, resolve:

Art. 1º Outorgar a Permissão de Uso do Próprio Nacional Residencial situado na SQS 402, Bloco "S", Apartamento 101, Asa Sul, ao 1º Ten JOÃO MARCOS DA SILVA MAXIMIANO, conforme previsto no inciso IV do art. 3º da Portaria Normativa nº 993/MD, de 30 de abril de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes do uso do PNR deverão ser cobradas do permissionário a partir da data da ocupação, que será publicada em Boletim de Pessoal e Serviço deste Ministério.

JOSÉ ROSALVO LEITÃO DE ALMEIDA
(DOU2 Nº 23, DE 01 FEV 2017)

TERCEIRA PARTE

ATOS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA, DOS CHEFES E DIRETORES DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA DO CMTAER

SECÃO I - GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

1 – DESPACHO DECISÓRIO

(Proc nº 67002.000279/2017-39 - Ref ao Ofício n.º 11/SAF/233, de 23JAN 2017, do CIAER.)

DESPACHO DECISÓRIO N.º 2/GC4/746, de 25 de janeiro de 2017.

DEFERIDO, em caráter excepcional, nos termos do que prescrevem o § 1º do art. 1º e o § 4º do art. 7º, do Anexo da Portaria nº 2.039/MD, de 14 de agosto de 2014, alterada pela Portaria Normativa nº 997/MD, de 30 de abril de 2015, a concessão de um suprimento de fundos, em favor do Centro de Inteligência da Aeronáutica, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseismil reais), a fim de atender despesas de caráter sigiloso na realização de Operações de Inteligência Militar que não possam ser efetivadas por meio de processos ordinários, nos termos do ofício supracitado.

TenBrig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

SEÇÃO II - COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS

1 – INSTRUÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS DE ACESSO POR ANTIGUIDADE E MERECIMENTO COM VISTAS ÀS PROMOÇÕES DE 30 DE ABRIL DE 2017 – RETIFICAÇÃO

Seja retificada a matéria publicada no item 1, da **Seção II – COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS**, do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 010, de 18 de janeiro de 2017.

“Onde se lê:

2) QUADRO DE OFICIAIS INTENDENTES

c) PRIMEIRO(S)-TENENTE(S)

3412024 DIOGO CERQUEIRA LADEIRA”

“Leia-se:

2) QUADRO DE OFICIAIS INTENDENTES

c) CAPITÃO

3412024 DIOGO CERQUEIRA LADEIRA”

Brig Ar MAXNEIF CABRAL MENDES DE CASTRO
Sect da CPO

SEÇÃO III - CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AERONÁUTICA (Sem alteração)

SEÇÃO IV - CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA AERONÁUTICA (Sem alteração)

SEÇÃO V - INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA (Sem alteração)

SEÇÃO VI – ASSESSORIA PARLAMENTAR DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA (Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

SEÇÃO VII - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES
AERONÁUTICOS
(Sem alteração)

SEÇÃO VIII - ASSESSORIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL DO CONTROLE DO
ESPAÇO AÉREO
(Sem alteração)

SEÇÃO IX - CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

1 - PCA 174-1 - APROVA A 1ª MODIFICAÇÃO

PORTARIA CENCIAR Nº 13/CENCIAR-4, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

Aprova a 1ª modificação do PCA 174-1 “Plano Anual de Auditoria Interna Governamental (PAAIG 2017)”.

O CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o item 5.2 das Normas de Auditoria Interna do Comando da Aeronáutica (NSCA 174-2), aprovada pela Portaria nº 349/GC3, de 4 de abril de 2016, e considerando o que consta do Processo nº 67022.000952/2016-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª modificação do PCA 174-1 "Plano Anual de Auditoria Interna Governamental (PAAIG 2017)", aprovado pela Portaria nº 96/CENCIAR-4, de 15 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brig Int SÉRGIO ALMEIDA DE PAULA E SILVA
Chefe Interino do CENCIAR

Obs.: O Plano de que trata a presente Portaria encontra-se anexado a este Boletim e será disponibilizado no BLAER e no SISPUBLIC.

QUARTA PARTE

ATOS DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, DOS COMANDANTES-GERAIS, DOS DIRETORES DE DEPARTAMENTOS E DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

SEÇÃO I – ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

SEÇÃO II - COMANDO-GERAL DE APOIO
(Sem alteração)

SEÇÃO III - COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS
(Sem alteração)

SEÇÃO IV – COMANDO-GERAL DO PESSOAL

1 – PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO

PORTARIA COMGEP Nº 224/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67614.052727/2016-09, resolve:

Designar o SO QSS BCT REFM NELSON DOS SANTOS (Nr Ord 0068268), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, no DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE MACEIÓ, como Controlador de Tráfego Aéreo, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 225/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67420.020311/2016-91, resolve:

Designar a TEN CEL QFO ASS R/1 NÁDIA REGINA OLIVEIRA QUEIROZ DE SOUZA (Nr Ord 2714825), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA, como Chefe da Divisão de Serviço Social, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 226/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67022.000117/2017-62, resolve:

Prorrogar a designação do CEL QOINT R/1 CICERO ROMMEL PIEDADE (Nr Ord 1043218), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA, como Adjunto da Divisão de Fiscalização, no período de 13 de maio de 2017 a 12 de maio de 2019.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

PORTARIA COMGEP Nº 227/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67540.032241/2016-57, resolve:

Prorrogar a designação do SO QSS SGS R/1 FERNANDO ANTONIO DE SOUZA MORAES (Nr Ord 1593200), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA, como Auxiliar da Seção de Instrução Militar, no período de 23 de março de 2017 a 22 de março de 2019.

PORTARIA COMGEP Nº 228/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67513.013069/2016-60, resolve:

Prorrogar a designação do SO QSS BMA R/1 CARLOS EDUARDO ARAKAK (Nr Ord 1672452), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na ACADEMIA DA FORÇA AÉREA, como Encarregado da Seção de Coleta e Processamento de Dados de Manutenção, no período de 30 de março de 2017 a 29 de março de 2019.

PORTARIA COMGEP Nº 229/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67540.031929/2016-10, resolve:

Prorrogar a designação do CAP QOEA ANV R/1 PAULO GABRIEL PEREIRA DA COSTA (Nr Ord 0803480), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA, como Chefe da Seção de Provas da Subdivisão de Admissão e Seleção, no período de 8 de maio de 2017 a 7 de maio de 2019.

PORTARIA COMGEP Nº 230/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67540.031931/2016-99, resolve:

Prorrogar a designação do 3S QESA SGS R/1 SÉRGIO BENEDITO GUIMARÃES (Nr Ord 2019060), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA, como Encarregado do Cassino dos Oficiais, no período de 28 de abril de 2017 a 27 de abril de 2019.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

PORTARIA COMGEP Nº 231/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67540.031738/2016-58, resolve:

Designar a SO QFG SEF R/1 DIVA BARBOSA DE MORAIS FREITAS DANTAS (Nr Ord 1371924), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA, como Encarregada da Seção de Serviços de Arquivo Médico e Estatística, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 232/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67612.024407/2016-71, resolve:

Designar o SO QSS BCT REFM RONALDO MARINHO NEVES (Nr Ord 0354031), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, no DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE ANÁPOLIS, como Controlador de Tráfego Aéreo do Controle de Aproximação de Anápolis, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 233/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67605.002103/2016-41, resolve:

Designar o SO QSS BCT REFM COSME DE SOUZA ALVES DE OLIVEIRA (Nr Ord 0908312), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, no CENTRO DE GERENCIAMENTO DA NAVEGAÇÃO AÉREA, como Encarregado do Setor de Capacidade, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 234/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67605.002150/2016-95, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

Designar o SO QSS BCT R/1 ROBERTO DA SILVA MARTINS (Nr Ord 1542222), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no CENTRO DE GERENCIAMENTO DA NAVEGAÇÃO AÉREA, como Gerente Regional da Unidade de Gerenciamento do Espaço Aéreo, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 235/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67617.014443/2016-86, resolve:

Designar o SO QSS BCT R/1 NEY SILVA DE SÁ (Nr Ord 0634425), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DO GALEÃO, como Controlador de Tráfego Aéreo da Torre de Controle do Galeão, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 236/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67612.025447/2016-30, resolve:

Designar o SO QSS BCT R/1 EDMILSON JERÔNIMO DOS SANTOS (Nr Ord 1171356), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no PRIMEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO, como Controlador de Tráfego Aéreo, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 237/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67612.025438/2016-49, resolve:

Designar o SO QSS BCT R/1 ANERCIL RIBEIRO DOS SANTOS (Nr Ord 0065102), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no PRIMEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO, como Controlador de Tráfego Aéreo, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

PORTARIA COMGEP Nº 238/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67612.024411/2016-39, resolve:

Designar o 1S QSS BCT R/1 JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS (Nr Ord 0115401), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE ANÁPOLIS, como Controlador de Tráfego Aéreo do Controle de Aproximação de Anápolis, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 239/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67612.024399/2016-62, resolve:

Designar o 1S QSS BCT R/1 JOAQUIM MUDESTO NETO (Nr Ord 1227700), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE ANÁPOLIS, como Controlador de Tráfego Aéreo do Controle de Aproximação de Anápolis, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 240/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67022.000055/2017-99, resolve:

Prorrogar a designação do CEL QUINT R/1 EVANDRO CÉSAR FERNANDES PRAÇA (Nr Ord 0951676), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA, como Chefe da Seção de Auditoria de Avaliação, no período de 8 de julho de 2017 a 7 de julho de 2019.

PORTARIA COMGEP Nº 241/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67222.025519/2016-32, resolve:

Designar o SO QTA TAR REFM FRANCISCO NICODEMOS DA SILVA (Nr Ord 1014528), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, no GRUPAMENTO DE APOIO DE NATAL, como Auxiliar da seção de Subsistência, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

PORTARIA COMGEP Nº 242/DPM, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67614.052729/2016-90, resolve:

Designar o SO QSS BCT R/1 FRANCISCO ROBERTO BARROS DA SILVA (Nr Ord 1828550), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE FORTALEZA, como Operador do Controle de Aproximação de Fortaleza, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante-Geral do Pessoal

SEÇÃO V – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

1 – INGLÊS AERONÁUTICO (CTP010) - ORDEM DE MATRÍCULA

Seja dada Ordem de Matrícula, aos militares e civil abaixo relacionados, no INGLÊS AERONÁUTICO (CTP010, TU 4), a ser realizado no DTCEAGL, no período de 13 a 24/03/2017, sob responsabilidade do SRPVSP.

INSTRUTORES

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	CV	NI	ROMULO MARTINS ANDRADE	495.046-1	DECEA
2	3S	BCT	FRANZ DA SILVA SALES	615.754-8	DTCEAGL

ALUNOS

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	CV	NI	RONALDO ALBUQUERQUE MIRANDA	495.041-0	DECEA
2	1S	BCT	LUIZ FERNANDO SEREJO DA SILVA	323.586-6	DTCEAGL
3	2S	BCT	MARIANA MENDES DA SILVA PEREIRA	403.942-4	DTCEAGL
4	2S	BCT	VIVIANE NASCIMENTO ARAUJO DUARTE	427.866-6	DTCEAGL
5	2S	BCT	RODRIGO DA SILVA COSTA	428.159-4	DTCEAGL
6	2S	BCT	POLLYANNA MACHADO VOAZEM	608.777-9	DTCEAGL
7	2S	BCT	THUANY DE SOUZA LEITE	608.844-9	DTCEAGL
8	3S	BCT	JEANE DA SILVA A. DA COSTA MARINS	615.851-0	DTCEAGL
9	3S	BCT	CARLOS ALEXANDRE C. DE MENEZES	613.357-6	DTCEAGL
10	3S	BCT	BIANCA DE MEDEIROS MARQUINI	615.733-5	DTCEAGL
11	3S	BCT	GABRIELA ALVES GALVÃO	615.747-5	DTCEAGL
12	3S	BCT	GABRIELLE DE Q. BARBOSA FERREIRA	652.677-2	DTCEAGL

(Item 014/SDAD/DECEA/2017)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

2 – INTRODUÇÃO A T.I. OPERACIONAL (TOP001) - ORDEM DE MATRÍCULA

Seja dada Ordem de Matrícula, aos militares abaixo relacionados, no Curso INTRODUÇÃO A T.I. OPERACIONAL (TOP001, TU01), a ser realizado no ICEA, no período de 06 a 17/02/2017, sob responsabilidade do ICEA.

INSTRUTORES

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	SO	BET	CARLOS MANUEL TEIXEIRA MANSORES	209.053-8	PAME RJ
2	1S	BCO	ALAN SANTOS SILVEIRA	332.568-7	PAME RJ
3	1S	BCO	RAIMUNDO SERGIO S. DE ARAUJO JUNIOR	371.504-3	51GCC
4	2S	SIN	GUILHERME DA SILVA OLIVEIRA	606.935-5	PAME RJ

ALUNOS

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	1T	AV	ALESSANDRO BELLINI	419.851-4	5/8 GAV
2	SO	BCO	MARCOS PAULO DOS SANTOS	357.135-1	DTCEAFL
3	1S	BET	FRANCISCO FABIANO RIOS FERREIRA	313.019-3	51GCC
4	2S	BET	LAÍS MANDARINI DA SILVA	601.701-0	DTCEACO
5	2S	SIN	IRAN DA SILVA RAMOS	607.247-0	1GCC
6	3S	BCO	CONSTANTINO MONELLI STOCCO	411.205-9	DTCEAYS
7	3S	TET	JÉSSICA PEREIRA SILVESTRE LIMA	665.675-7	CINDACTA III
8	3S	TET	MATHEUS WILSON DA SILVA DANTAS	665.129-1	CINDACTA II
9	3S	SIN	RAFAEL RODRIGUES DO NASCIMENTO	434.273-9	SRPVSP
10	3S	BSP	ROGÉRIO WAGNER KOSLOSKI	357.594-2	BASM

(Item 013/SDAD/DECEA/2017)

3 – FRASEOLOGIA ATC PARA SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (CTP004) - ORDEM DE MATRÍCULA

Seja dada Ordem de Matrícula, aos militares abaixo relacionados, no curso FRASEOLOGIA ATC PARA SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (CTP004, TU2), a ser realizado no CINDACTA IV, no período de 20 a 24/03/2017, sob responsabilidade do CINDACTA IV.

INSTRUTORES

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	2S	BCT	VIVIANE DA SILVA BORGES	608.807-4	CINDACTA IV
2	3S	BCT	ANDREA BRENZINK DE OLIVEIRA	630.096-0	DTCEAEG

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

ALUNOS

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	3S	BCT	JOSÉ MORAIS DO N. JÚNIOR	613.294-4	CINDACTA IV
2	3S	BCT	JONATAS THOME LUCIO DE SOUSA	632.434-7	CINDACTA IV
3	3S	BCT	RENATO AUGUSTO O. G. LEITE	630.163-0	CINDACTA IV
4	3S	BCT	PAULA CAROLINA DO N. DIAS	630.101-0	CINDACTA IV
5	3S	BCT	RAFAELA MUNIZ BARRETO	630.115-0	CINDACTA IV
6	3S	BCT	CINDY ALLANA F. DA S. V. AYALA	630.144-4	CINDACTA IV
7	3S	BCT	KELLY SOUTO NEVES	623.788-6	CINDACTA IV
8	3S	BCT	ISABELLA SILVA LOSCHI	644.698-1	CINDACTA IV
9	3S	BCT	ANA CAROLINE DIAS R.SILVA	655.509-8	CINDACTA IV
10	3S	BCT	LETÍCIA DE MELLO PIMENTEL	655.525-0	CINDACTA IV
11	3S	BCT	DÉBORA BAPTISTA PACÍFICO	655.539-0	CINDACTA IV
12	3S	BCT	ISALELYSON G. A. DA COSTA	655.565-9	CINDACTA IV

(Item 016/SDAD/DECEA/2017)

4 - GERENCIAMENTO DO RISCO A SEGURANÇA OPERACIONAL NO SISCEAB (ASE009) - ORDEM DE MATRÍCULA

Seja dada Ordem de Matrícula, aos militares e civis abaixo relacionados, no curso GERENCIAMENTO DO RISCO A SEGURANÇA OPERACIONAL NO SISCEAB (ASE009, TU01), a ser realizado no CINDACTA IV, no período de 03 a 07/04/2017, sob responsabilidade do CINDACTA IV,

INSTRUTORES

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	MJ	CTA	ALEXANDRE SIMÕES LIMA	208.846-0	DECEA
2	SO	BCT	FERNANDO DOS S. HENRIQUES	058.389-8	CINDACTA IV
3	2S	BCT	JONAS EPITÁCIO J. DA SILVA	342.610-6	CINDACTA III

ALUNOS

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	CV		FLAVIO ROBERTO F. BATISTA		AUCON
2	CV	NAMN	ALEXANDRE B. DE OLIVEIRA		INFRAERO
3	CV	TAAT	DIRCEU SEZE		INFRAERO
4	CV	NAMN	ANTÔNIO MOURÃO CAVALCANTE		INFRAERO
5	CV		JESUS ORLANDO MELO CHAGAS		INFRAERO

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

6	CV	NAMN	JOANA DARC DE A. FARIAS		INFRAERO
7	CV	TASN	MARCELO VITOR G. DA SILVA		INFRAERO
8	CV		RONALDO PROTETOR DA SILVA		AUCON
9	CP		DALTON RAMOS DA SILVA		MARINHA
10	CP	CTA	JOÃO BATISTA FERREIRA	208.841-0	CINDACTA IV
11	CP	AV	SANDRO RAMOS VEIGA	341.110-9	51GCC
12	CP	CTA	CLAUDIO NOGUEIRA DA SILVA	222.253-1	DTCEAMN
13	CP	CTA	MARCO AURELIO M. SILVA	227.981-9	CINDACTA IV
14	1T	COM	AZAEEL LAGES	175.311-8	DTCEAGM
15	1T	AV	CRISTIANO AGUIAR DA SILVA	419.922-7	DTCEABV
16	1T	GDS	CARLOS EDUARDO M. CRESPO	241.200-4	DTCEACZ
17	1T	CTA	NORMAN MARCOS P. GONZALEZ	260.224-5	CINDACTA IV
18	1T	CTA	JOEL BEZERRA DE OLIVEIRA	028.760-1	CINDACTA IV
19	1T	PSO	FABIANA CASTRO SANTOS ROSA	653.641-7	CINDACTA IV
20	1T	CTA	JOSÉ ARNOLDO DE QUEIROZ	161.454-1	CINDACTA IV
21	1T	CTA	ITAMAR DE SOUZA G. JUNIOR	222.126-8	CINDACTA IV
22	2T	PSC	REBECA DA COSTA DIAZ	672.862-6	CINDACTA IV
23	2T	MET	SÉRGIO R. DO NASCIMENTO	190.067-6	DTCEAMQ
24	2T	CTA	JONATHAN LOURENCO P. SOUZA	403.919-0	CINDACTA IV
25	2T	CTA	ALEX TRINDADE BORGES	221.477-6	DTCEABE
26	SO	BCT	CLEBER DANTAS MESQUITA	175.347-9	DECEA
27	1S	BMT	GIOVANI DE JESUS MENDONCA	238.278-4	DTCEACZ
28	2º SG	AV-CV	MARCOS ROBERTO S. DE SOUZA		MARINHA
29	2S	BCT	KIDIANE DA SILVA M. FERREIRA	435.882-1	DTCEARB
30	3S	BCT	PEDRO FLOR DOS SANTOS	617.962-2	CINDACTA IV
31	3S	BCT	VANESSA HEIDRICH DO AMARAL	632.846-6	DTCEAEG
32	3S	BCT	ISABELLA SILVA LOSCHI	644.698-1	CINDACTA IV

(Item 015/SDAD/DECEA/2017)

SEÇÃO VI - DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**(Sem alteração)****SEÇÃO VII - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL****(Sem alteração)****SEÇÃO VIII - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA****(Sem alteração)**

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

QUINTA PARTE

ATOS DOS TITULARES DE DIRETORIAS

SEÇÃO I - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

MILITAR

1 – AGREGAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 645/2CM2, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "b", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, resolve:

Agregar ao seu quadro o Maj Av MÁRCIO ANDRÉ ALMEIDA COUTINHO (Nr Ord 3148092), a contar de 29 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 81, inciso I, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido nomeado, por necessidade do serviço, para o cargo de Assessor da Academia de Guerra Aérea e do Instituto de Comando e Estado-Maior Conjunto do Equador, considerando a Portaria nº 714/GC1, de 16 de junho de 2016.

PORTARIA DIRAP Nº 646/2CM2, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "b", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, resolve:

Agregar ao seu quadro o 2S BEI ALANDERSON CINTRA DE SANTANA (Nr Ord 4278321), a contar de 30 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 82, inciso III, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por haver ultrapassado seis meses contínuos em Licença para Tratar de Interesse Particular, considerando a Mensagem Telegráfica nº 39/2GAB/070716, GABGEP.

JOSÉ DE REZENDE QUEIROZ Cel Av Refm
Ch Int da DCM

2 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 215/IP4-3/2483, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

(Proc nº 67260.010904/2016-29 - Ref Req. da Sra. MARIA DA PENHA AMARAL PESSEGATTI, datado em 17 AGO 2016, do GAP-SP, beneficiária de 1/3 cotas-partes, na qualidade de filha, da pensão militar deixada pelo 2Ten Refm JOÃO ALVES DO AMARAL, falecido na inatividade, em 01 OUT 1990, no qual solicitou a integralização das cotas-partes reservadas para Sra. MARIA DE FÁTIMA AMARAL DE FARIAS filha do instituidor, falecida em 25 DEZ 1991,)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

DEFERIDO, por ter amparo da Decisão nº 75/1993, da Primeira Câmara do TCU.

Em consequência a Seção de Pensões Militares (IP1-2), da SDIP, proceda a elaboração de novo TPM/APM, modificando a cota-parte para 1/2.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 218/IP4-3/2495, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

(Proc nº 67422.023018/2016-65 - Ref Req. da Sra. NICOLLY DA SILVA DE CARVALHO, datado em 14 SET 2016, da PIPAR, no qual na qualidade de filha, solicitou habilitação à pensão militar, deixada pelo EX-Sd LEONARDO DO CARMO DE CARVALHO, falecido 27 OUT 2011.)

INDEFERIDO, por contrariar o inciso I do art 7º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 220/IP4-3/2501, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

(Proc nº 67422.023625/2016-25 - Ref Req. da Sra. MARIA LUCIA DA SILVA, datado em 20 SET 2016, da PIPAR, no qual na qualidade de companheira, solicitou habilitação à pensão militar, deixada pelo 1º Ten Refm JONITO CELESTINO DOS ANJOS, falecido na inatividade em 19 MAR 2015.)

INDEFERIDO, por contrariar o art. 7º, inciso I, e o art. 10, § 1º da Lei nº 3.765, de 1960, não comprovando a união estável até o momento do óbito do instituidor, conforme prevê o art. 226, § 3º da Constituição Federal.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 221/IP4-3/2504, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

(Proc nº 67615.023278/2016-73 - Ref Req. do Ten Cel R/1 ELIVALDO GUIMARÃES DOS ANJOS, datado em 13 JUL 2016, do GAP-MN, em que solicitou pagamento da diferença do Adicional de Habitação, de 20% para 30% , no período compreendido entre os meses de novembro de 2004 e novembro de 2010.)

INDEFERIDO, nos termos do Art. 50, §1º, da Lei nº 9.784, de 29 JAN 99, por contrariar o Art. 2º do Decreto nº 20.910, de 06 JAN 32, e o firmado no Parecer nº 648/2015/COJAER/CGU/AGU, de 04 NOV 2015.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 222/IP4-3/2510, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

(Proc nº 67530.015970/2016-68 - Ref Req. do Sr. ROBSON LUIZ TEIXEIRA SALDANHA SILVA BOTTINO, datado em 04 OUT 2016, do GAP LS, em que solicitou, na qualidade de neto, habilitação à pensão militar, deixada pelo SO Rfm LUIZ GONZAGA TEIXEIRA, falecido em 7 de novembro de 2015.)

INDEFERIDO, por contrariar o art. 7º da Lei nº 3.765, de 1960.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 251/IP4-3/2701, DE 31 DE JANEIRO DE 2017.

(Proc nº 67422.018910/2016-24 - Ref Req. da Sra. DENISE BARBOSA, datado em 27 JUL 2016, da PIPAR, no qual solicitou habilitação à pensão militar, deixada pelo 1S Refm EDILSON GARCIA, falecido na inatividade em 09 ABR 2015.)

INDEFERIDO, por contrariar o § 1º do Art 7º da Lei nº 3.765, de 04 de Maio de 1960.

CESAR AUGUSTO DOS SANTOS COUTO Coronel Intendente
Subdiretor Interino de Inativos e Pensionistas

DESPACHO DECISÓRIO Nº 254/3HI1/2755, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

(Proc nº 67612.014042/2016-76 - Ref Req do 1º Ten Esp Aer. CTA ADILSON CARLOS FELICIANO, de 06 JUL 2016)

INDEFERIDO, tendo em vista o art. 33 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, combinado com o art. 1º, § 1º, da Portaria 572/GC6, de 19 de julho de 2001.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 258/1HI3/2780, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

(Proc nº 67530.018448/2016-38 - Ref Req de Averbação de Tempo de Serviço Público do 1S QSS BSP Refm ZACARIAS DE OLIVEIRA PROFETA, Nr Ord 0500097, de 10 NOV 2016, vinculado ao CIAAR)

INDEFERIDO, os acréscimos aos anos de serviço serão computados somente no momento da passagem do militar à situação de inatividade conforme disposto no § 1º do art. 137, da Lei nº 6.880, de 29 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares). Portanto, o militar só pode averbar anos de serviço quando na ativa.

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

DESPACHO DECISÓRIO Nº 255/1CM1/2758, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

(Proc nº 67293.016175/2016-37 - Ref Req de movimentação por interesse próprio da 1º Ten QCOA PUP CRISTINA FERREIRA LORENZATTO, Nr Ord 6125883, do efetivo da BAPV, datado de 29 set. 2016)

INDEFERIDO, por não ser do interesse da Administração, conforme o item 2.3.6.12 da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 260/3PG/2845, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

(Proc nº 67617.024440/2016-51 - Ref Requerimento do militar Nr Ord 6088457, de 6 de dezembro de 2016, do efetivo do DTCEA-SP)

INDEFERIDO, pois operou-se a decadência, a extinção do direito pela inércia da Requerente, que deixou escoar o prazo, sem que esse exercício tivesse se verificado, consoante é previsto no art. 51, § 1º, alínea "a" da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), incidiu no disposto nos art. 52 e 63, inciso I da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e contrariou o preconizado no art. 55 caput § 2º do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

No Imp Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
Dir. Interino da DIRAP

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS

DESPACHO DECISÓRIO Nº 259/4HI3/2800, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

(Proc nº 67290.014066/2016-13 - Ref Requerimento de Reidentificação do Sr. DANIEL PORTELA DE AGUIAR, de 09 NOV 2016)

INDEFERIDO, face ao que preceitua o item II, do artigo 1º, do Decreto nº 8.518, de 18 de setembro de 2015.

LAERTE JOSÉ DA COSTA Cel AV R1
Chefe da Divisão de Histórico, Inatividade e Identificação

3 - JUSTIÇA - EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE (AG 080/13)

NOTA DIRAP Nº 18/2CM4, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O militar de número de ordem 6059775, da Base Aérea de São Paulo, que respondeu ao Processo nº 0000006-91.2013.7.02.0102, perante o Juízo da 1ª Auditoria da 2ª CJM, como incurso nas sanções dos art. 195, do Código Penal Militar, foi condenado, por maioria, à pena de 03 (três) meses de detenção, com o benefício da suspensão condicional da pena pelo prazo de 02 (dois) anos, por sentença datada de 18 JUN 2014. A Defesa apelou da sentença, junto ao Superior Tribunal Militar, tendo aquela Egrégia Corte, no mérito, por unanimidade, negado provimento ao apelo defensivo para manter sentença "a quo", por acórdão datado de 01 DEZ 2015. Inconformada, a Defesa interpôs Embargos de Declaração, tendo o STM, no mérito, por unanimidade, rejeitado os Embargos, por acórdão de 10 MAIO 2016, transitado em julgado em 08 AGO 2016. Posteriormente foi declarada a extinção da punibilidade do sentenciado, pela ocorrência da prescrição intercorrente, com fulcro no art. 123, inciso IV, c/c o art. 125, inciso VII, §§ 1º e 5º, inciso II, tudo do CPM, por decisão de 20 SET 2016, transitada em julgado em 04 OUT 2016. Em consequência, deixou de

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

estar sujeito a todas as restrições legais que atingem o militar envolvido com a Justiça Militar, a contar de 04 OUT 2016.

JOSÉ DE REZENDE QUEIROZ Cel Av Refm
Ch Int da DCM

4 – MOVIMENTAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 637/1CM1, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "a", do RISAER, e considerando o Processo nº 67100.000252/2017-38, resolve:

Transferir *ex officio*, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.12.1 da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014, o Ten Cel Esp Av EDUARDO VIEIRA DE CARVALHO (Nr Ord 1274260), do efetivo do COMGAP (Rio de Janeiro - RJ) para o PAMA SP (São Paulo - SP).

No Imp Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
Dir. Interino da DIRAP

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS

PORTARIA DIRAP Nº 640/1CM2, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra “e”, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 JAN 2017, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra “b”, do RISAER, e considerando os processos listados, resolve:

Transferir, *ex officio*, por necessidade do serviço, os militares listados a seguir, do efetivo de suas OM ao lado declaradas, para as seguintes OM, de acordo com o item 2.3.12 da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014:

GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA (BRASÍLIA-DF):
2S SAD IZABELLE RODRIGUES DA COSTA HAAG PINHO (Nr Ord 6069770), e
2S SAD TATIANE DE OLIVEIRA MACHADO (Nr Ord 6059295), ambas do efetivo da BABR (Brasília-DF);
3S BSP ALEXANDRE MARCIANO VALENTIM (Nr Ord 4035089), do efetivo do GAP BR (Brasília-DF)
(Processo nº 67000.009866/2016-22);

GRUPAMENTO DE APOIO DE ANÁPOLIS (ANÁPOLIS-GO):
3S TAR VOLNEI MARTINS DA SILVA (Nr Ord 4060709), do efetivo do GABAER (Brasília-DF)
(Processo nº 67000.011653/2016-61).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

PORTARIA DIRAP Nº 642/1CM2, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra “e”, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 JAN 2017, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra “b”, do RISAER, e considerando o Processo nº 67540.022543/2016-17, resolve:

Conceder transferência, por necessidade do serviço (motivo de saúde), ao SO BCT ALEXANDRE PEDRO (Nr Ord 2088738), do efetivo da EEAR (Guaratinguetá-SP) para o DTCEA-MT (São Paulo-SP), de acordo com o art. 177, inciso VII, do RISAER e o item 2.3.4 da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014.

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

5 – MOVIMENTAÇÃO – RETIFICA

PORTARIA DIRAP Nº 636/1CM2, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra “e”, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 JAN 2017, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra “b”, do RISAER, e considerando o Processo nº 67200.000597/2017-63, resolve:

Retificar a transferência do 3S BMB ADRIANO DE SOUZA RIBEIRO (Nr Ord 6032982 – 1/16 GAV), constante da Portaria nº 5.427/1CM2, de 28 SET 2016, publicada no BCA nº 168, de 30 SET 2016, do 2/3 GAV (Porto Velho-RO) para o PAMB RJ (Rio de Janeiro-RJ).

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

6 – MOVIMENTAÇÃO – REVOGA

PORTARIA DIRAP Nº 641/1CM2, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra “e”, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 JAN 2017, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra “b”, do RISAER, e considerando o Processo nº 67600.001228/2017-85, resolve:

Revogar a transferência da 2S BMT TALITA CRISTINA CERQUEIRA VIEIRA (Nr Ord 4201256), do efetivo do CINDACTA IV (Manaus-AM) para o DTCEA-SC (Rio de Janeiro-RJ), constante da Portaria DIRAP nº 5.427/1CM2, de 28 SET 2016, publicada no BCA nº 168, de 30 SET 2016, por não ser mais do interesse da Administração.

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

7 – PORTARIAS – REVOGA

PORTARIA DIRAP Nº 654/1CM1, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67513.001292/2017-45, resolve:

Revogar as Portarias DIRAP nº 553/1CM1, de 26 JAN 2017 e nº 552/1CM1, de 26 JAN 2017, publicadas no BCA nº 016, de 30 JAN 2017.

No Imp Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
Dir. Interino da DIRAP

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS

8 – PORTARIA – TORNA SEMEFEITO

PORTARIA DIRAP Nº 633/3PG, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993, combinado com o previsto no art. 11 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando a decisão judicial, transitada em julgado, proferida nos autos do processo nº 0800060-70.2012.4.05.8300, que tramitou perante a 7ª Vara Federal/PE, e o teor do Item nº 87/DE-2/2016, publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) nº 094, de 7 de junho de 2016, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria DIRAP nº 89/3PG, de 4 de janeiro de 2013, publicada no BCA nº 009, de 14 de janeiro de 2013, que suspendeu os efeitos da promoção de RAFAELA SANTOS DO NASCIMENTO, à graduação de Terceiro-Sargento.

Em consequência, restaurar os efeitos da Portaria DIRAP nº 3.850/3PG, de 20 de agosto de 2012, publicada no BCA nº 162, de 23 de agosto de 2012, e tornar definitiva a promoção, à atual graduação, da 3S QSS BEI RAFAELA SANTOS DO NASCIMENTO (Nr Ord 6248969), do efetivo do 1º/7º GAV.

No Imp Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
Dir. Interino da DIRAP

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

9 – PROMOÇÃO POR DECISÃO JUDICIAL

PORTARIA DIRAP Nº 634/3PG, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993, consoante o art. 11 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e em cumprimento à decisão judicial proferida na Ação Ordinária nº 38389-24.2016.4.01.3300, impetrado pelo Aluno DIÊGO SANTOS RIBEIRO DE FREITAS, perante a 11ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia, resolve:

Promover, por decisão judicial, à graduação de Cabo e incluir no Grupamento de Serviços do Quadro de Cabos, a contar de 16 de dezembro de 2016, o aluno do Curso de Formação de Cabos a seguir discriminado:

Nr Ord	ESP	NOME	MÉDIA
6300170	SAD	DIÊGO SANTOS RIBEIRO DE FREITAS	8,7500

Em consequência, seja posicionado, hierarquicamente, entre os Cabos promovidos pela Portaria DIRAP nº 568/3PG, de 26 de janeiro de 2017, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 017, de 31 de janeiro de 2017, como abaixo discriminado:

6352677	BML	MANASSÉS CRUZ BEZERRA	8,7500
6300170	SAD	DIÊGO SANTOS RIBEIRO DE FREITAS	8,7500
6269559	SGS	PEDRO FELIPE QUEIROGA DE OLIVEIRA SILVA	8,5000

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até ulterior decisão judicial.

PORTARIA DIRAP Nº 635/3PG, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993, consoante o art. 11 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e em cumprimento à decisão judicial proferida na Ação Ordinária nº 38388-39.2016.4.01.3300, impetrado pelo Aluno ÉDER MARTINS DA SILVA, perante a 11ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia, resolve:

Promover, por decisão judicial, à graduação de Cabo e incluir no Grupamento Básico do Quadro de Cabos, a contar de 16 de dezembro de 2016, o aluno do Curso de Formação de Cabos a seguir discriminado:

Nr Ord	ESP	NOME	MÉDIA
6423868	BML	ÉDER MARTINS DA SILVA	9,0000

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

Em consequência, seja posicionado, hierarquicamente, entre os Cabos promovidos pela Portaria DIRAP nº 568/3PG, de 26 de janeiro de 2017, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 017, de 31 de janeiro de 2017, como abaixo discriminado:

6353290	BML	LUAN HENRIQUE DE ARAUJO BANDEIRA	9,0000
6423868	BML	ÉDER MARTINS DA SILVA	9,0000
6270735	SGS	JACKSON RENAN SALES DE SOUZA	8,7500

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até ulterior decisão judicial.

No Imp Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
Dir. Interino da DIRAP

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS

10 – PRORROGAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

PORTARIA DIRAP Nº 655/2CM1, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra "f", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, e considerando o Processo nº 67438.006473/2016-27, resolve:

Conceder prorrogação de tempo de serviço a 1º Ten QOCon Dent (ETM) JULIANA AQUILINI (Nr Ord 6178111), do efetivo do NuHFASP, pelo período de 01 FEV 2017 a 29 JAN 2018, de acordo com o estabelecido no item 2.10.3, da ICA 36-14, aprovada pela Portaria nº 1.680/GC3, de 21 de dezembro de 2016.

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

11 – RETIFICAÇÃO

No D.O.U. nº 22, de 31 JAN 2017, seção 2, folha 7, referente à transferência para a reserva remunerada do 1º Ten QOEA SVA ZILDO MENEZES DA SILVA, onde se lê: "... Major Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI". leia-se: "... Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JUNIOR".

No D.O.U. nº 22, de 31 JAN 2017, seção 2, folha 7, referente à transferência para a reserva remunerada do Cel Av JOSÉ HENRIQUE MACEDO COLLAÇO, onde se lê: "... Major Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI". leia-se: "... Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JUNIOR".

Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
(DOU2 nº 24, 02 FEV 2017)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

12 – REVERSÃO

PORTARIA DIRAP Nº 643/2CM2, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "c", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, resolve:

Reverter ao seu quadro o Cel Av ADELSON NOGUEIRA DA MOTA (Nr Ord 1902458), a contar de 29 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido exonerado, por necessidade do serviço, "ex officio", do cargo de Assessor da Academia de Guerra Aérea e do Instituto de Comando e Estado-Maior Conjunto do Equador, considerando a Portaria nº 715/GC1, de 16 de junho de 2016.

PORTARIA DIRAP Nº 644/2CM2, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "c", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, resolve:

Reverter ao seu quadro o 2º Ten Esp Aer SUP HERMES GONÇALVES XAVIER DE LIRA (Nr Ord 3130428), a contar de 31 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido dispensado de ficar à disposição da administração central do Ministério da Defesa, considerando a Portaria nº 194/SEORI/MD, de 17 de janeiro de 2017.

PORTARIA DIRAP Nº 647/2CM2, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "c", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, resolve:

Reverter ao seu quadro o Cel Eng GUILHERME ANTONIO MATOS RODRIGUES (Nr Ord 2534304), a contar de 31 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por término da designação para viajar à cidade de Pretória, África do Sul, a fim de exercer o cargo de Gerente Técnico e Engenheiro de Sistemas do Projeto A-DARTER do efetivo do Grupo de Acompanhamento e Controle (GAC-AFS), considerando a Portaria nº 1.250/MD, de 26 de maio de 2014.

PORTARIA DIRAP Nº 648/2CM2, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "c", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

Reverter ao seu quadro o 1S BMT EDISON LUIZ DE OLIVEIRA (Nr Ord 1782908), a contar de 16 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido dispensado de ficar à disposição da administração central do Ministério da Defesa, considerando a Portaria nº 250/SEORI/MD, de 20 de janeiro de 2017.

JOSÉ DE REZENDE QUEIROZ Cel Av Refm
Ch Int da DCM

CIVIL

1 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 257/5PC2/2773, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

(Proc nº 67790.001125/2016-44 - Ref Req de Averbação de Tempo de Serviço Militar do servidor SERGIO ANTONIO BRUNI (Nr Ord 4621700), SIAPE 0209822, do IPEV)

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço militar, prestado ao Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, no período de 14 JAN 1981 a 14 JAN 1982, totalizando 365 dias de efetivo exercício, convertidos em um ano, zero mês e zero dia, na base de 365 dias anuais e trinta mensais, na forma do Parecer GM nº 13/AGU, de 11 DEZ 2000, para fins de aposentadoria, conforme certidão datada de 26 OUT 2016, expedida pelo GIA-SJ/SP.

No Imp Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
Dir. Interino da DIRAP

CELSO ANDRÉ DA SILVA Cel Av

SEÇÃO II - DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA **(Sem alteração)**

SEÇÃO III - DIRETORIA DE INTENDÊNCIA **(Sem alteração)**

SEÇÃO IV - DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO **(Sem alteração)**

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

SECÃO V - DIRETORIA DE SAÚDE
(Sem alteração)

SECÃO VI – DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEXTA PARTE

ATOS DAS DEMAIS AUTORIDADES

SECÃO I - DEMAIS MINISTÉRIOS
(Sem alteração)

SECÃO II - SECRETARIAS DE ESTADO
(Sem alteração)

SECÃO III - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

SECÃO IV - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

SECÃO V - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 06 FEV 2017)

SEÇÃO VI - COMANDOS DA MARINHA E DO EXÉRCITO
(Sem alteração)

SEÇÃO VII - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
(Sem alteração)

CARLOS ALBERTO LEITE DA SILVA Cel Int
Diretor do CENDOC

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



AUDITORIA INTERNA

PCA 174-1

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA
GOVERNAMENTAL (PAAIG 2017)**

2016

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**



AUDITORIA INTERNA

PCA 174-1

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA
GOVERNAMENTAL (PAAIG 2017)**

2016

AUDITORIA INTERNA

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL (PAAIG 2017)

O PCA 174-1, aprovado pela Portaria nº 96/CENCIAR-4, de 15 de dezembro de 2016, é assim modificada:

1. SUBSTITUIÇÃO DE PÁGINAS

RETIRE	ANO	COLOQUE	ANO
33	2016	33	2017
34	2016	34	2017
35	2016	35	2017
36	2016	36	2017

2. CORREÇÃO

PÁGINA	ITEM	ALÍNEA
33	TODOS OS ITENS	
34	TODOS OS ITENS	
35	TODOS OS ITENS	
36	TODOS OS ITENS	

3. ARQUIVO

Depois de efetuar as substituições, archive esta folha após a página de rosto da publicação original.

4. APROVAÇÃO

Portaria CENCIAR Nº 13/CENCIAR-4, de 1º de fevereiro de 2017.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

PORTARIA CENCIAR Nº 13/CENCIAR-4, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017.

Aprova a 1ª modificação do PCA 174-1
“Plano Anual de Auditoria Interna
Governamental (PAAIG 2017)”.

O CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o item 5.2 das Normas de Auditoria Interna do Comando da Aeronáutica (NSCA 174-2), aprovada pela Portaria nº 349/GC3, de 4 de abril de 2016, e considerando o que consta do Processo nº 67022.000952/2016-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª modificação do PCA 174-1 "Plano Anual de Auditoria Interna Governamental (PAAIG 2017)", aprovado pela Portaria nº 96/CENCIAR-4, de 15 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brig Int SÉRGIO ALMEIDA DE PAULA E SILVA
Chefe Interino do CENCIAR



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 96/CENCIAR-4, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Aprova a edição do PCA 174-1 “Plano Anual de Auditoria Interna Governamental (PAAIG 2017)”.

O CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o item 5.2 das Normas de Auditoria Interna do Comando da Aeronáutica (NSCA 174-2), aprovada pela Portaria nº 349/GC3, de 4 de abril de 2016, e considerando o que consta do Processo nº 67022.000952/2016-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do PCA 174-1 “Plano Anual de Auditoria Interna Governamental (PAAIG 2017)”.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar-se a Portaria nº 120/CENCIAR-4, de 19 de novembro de 2015, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 214, de 23 de novembro de 2015, fl. 10724.

Brig Int SÉRGIO ALMEIDA DE PAULA E SILVA
Chefe Interino do CENCIAR

(Publicada no BCA nº 3, de 5 JAN 2017, Fl. nº 143)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	11
1.1 <u>FINALIDADE</u>	11
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	11
1.2.1 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS	11
1.2.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS	11
1.2.3 AUDITORIA INTERNA	12
1.2.4 AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL	12
1.2.5 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO	12
1.2.6 CRITICIDADE	13
1.2.7 FISCALIZAÇÃO	13
1.2.8 GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS	13
1.2.9 IMPROPRIEDADE	13
1.2.10 IRREGULARIDADE	13
1.2.11 MATERIALIDADE	13
1.2.12 MATRIZ DE RISCO	13
1.2.13 RELEVÂNCIA	14
1.2.14 RISCO	14
1.2.15 RISCO DE AUDITORIA	14
1.2.16 RISCO DE CONTROLE	14
1.2.17 RISCO DE DETECÇÃO	14
1.2.18 RISCO INERENTE	14
1.3 <u>ÂMBITO</u>	14
1.4 <u>COMPETÊNCIAS</u>	14
1.5 <u>OBJETIVO DA AUDITORIA</u>	15
1.6 <u>FINALIDADE DA AUDITORIA</u>	15
1.7 <u>FINALIDADE DO PAAIG</u>	15
1.8 <u>ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO</u>	15
1.9 <u>ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA</u>	16
1.10 <u>SOBRE IRREGULARIDADES</u>	18
2 AUDITORIAS	19
2.1 <u>CLASSIFICAÇÃO</u>	19
2.1.1 AUDITORIA DE CONTAS	19
2.1.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO	19
2.1.3 AUDITORIA ESPECIAL	19
2.2 <u>CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO PAAIG</u>	19
2.2.1 AUDITORIA DE CONTAS	19
2.2.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO	20
2.2.3 AUDITORIA ESPECIAL	21
3 FISCALIZAÇÕES (FIS)	22
4 ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO RELACIONADAS AO PAAIG	23
4.1 <u>AUDITORIAS DE CONTAS</u>	23
4.1.1 OBJETO – PROCESSO DE CONTAS ANUAL	23
4.2 <u>AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO</u>	23
4.2.1 ÁREA DE DIREÇÃO, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS	23
4.2.2 ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	26
4.2.3 ÁREA DE FINANÇAS E PESSOAL	27
4.2.4 ÁREA DE CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS	27
4.3 <u>FISCALIZAÇÃO</u>	28

4.3.1 OBJETO – OBRAS EM ANDAMENTO	28
5 PRAZOS DE AUDITORIA	29
5.1 <u>AUDITORIA DE CONTAS</u>	29
5.2 <u>AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO</u>	29
5.3 <u>OUTRAS AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES</u>	29
6 RECURSOS	30
6.1 <u>HUMANOS</u>	30
6.2 <u>FINANCEIROS</u>	30
7 DISPOSIÇÕES FINAIS	31
7.1 <u>VIGÊNCIA</u>	31
7.2 <u>ATUALIZAÇÃO</u>	31
7.3 <u>CASOS NÃO PREVISTOS</u>	31
Referências	32
Anexo A - UG a serem Auditadas e Fiscalizadas em 2017	33
Índice	37

PREFÁCIO

“Manter a Soberania no Espaço Aéreo Nacional com vistas à defesa da Pátria” é a missão síntese do Comando da Aeronáutica (COMAER), definida em seu Plano Estratégico Militar – e importante parcela do Produto Interno Bruto é investida para que seja cumprida.

É imperioso, portanto, que as atividades operacionais e logísticas de todo o COMAER sejam suportadas por uma sólida e competente gestão administrativa, capaz de utilizar a plenitude dos recursos orçamentários e financeiros colocados à disposição da forma mais correta, objetiva, eficiente e transparente possível, observando fielmente o arcabouço legal existente. A sociedade brasileira reage negativamente à “má gestão pública”. É também papel da Aeronáutica administrar os recursos disponíveis de forma exemplar, fomentando e agregando valores positivos que reforcem os princípios básicos da moralidade e da legalidade de toda a Nação.

Ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica, criado pelo Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012, compete planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de auditoria interna no âmbito do COMAER.

Integrante do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, o CENCIAR se sujeita à supervisão técnica e orientação normativa da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, sem prejuízo da subordinação administrativa direta ao Comandante da Aeronáutica.

As atividades de Auditoria Interna devem ser planejadas e comunicadas às partes interessadas, inclusive quanto ao impacto de eventuais limitações orçamentárias, financeiras e de pessoal, salvo aquelas atividades demandadas inopinadamente.

A auditoria e a fiscalização são importantes técnicas de controle do Estado na busca da melhor alocação de seus recursos, não só atuando para corrigir os desperdícios, a improbidade, a negligência e a omissão mas, principalmente, antecipando-se a essas ocorrências, para garantir os resultados pretendidos e delineados nos planos, em todos os níveis, além de destacar os impactos e benefícios sociais advindos.

O CENCIAR executa o planejamento das atividades de auditoria e fiscalização, com o objetivo de aplicar seus recursos com propriedade e suficiência, de forma a otimizar o cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna Governamental (PAAIG), considerando o nível de experiência dos integrantes das equipes de auditoria e competências adicionais.

O PAAIG contém informações que permitem que os objetivos dos trabalhos sejam alcançados. Dentre essas informações, está a designação das Unidades Gestoras que serão auditadas, por tipo de auditoria, levando em consideração, dentre outros, os critérios de materialidade, de criticidade e de relevância, que são elementos primordiais para o processo de planificação e elaboração da matriz de riscos.

Desta forma, esta legislação torna-se marco legal básico para orientação e coordenação das ações para efetivação das Atividades de Auditoria e Fiscalização no ano de 2017, de forma a alcançar os objetivos planejados de forma racional e eficiente.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

O presente Plano tem por finalidade divulgar os trabalhos de auditoria e fiscalização previstos para o ano de 2017.

1.2 CONCEITUAÇÃO

Para os fins deste Plano, as expressões e termos relacionados têm os significados que seguem, complementados pelas conceituações constantes em outras legislações correlatas.

1.2.1 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS

A atividade de auditoria interna inclui avaliar a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos dentro da supervisão, operações e sistemas de informação da Organização em relação aos objetivos dos controles internos da gestão, dentre eles:

- a) dar suporte à missão, à continuidade e à sustentabilidade institucional, pela garantia razoável de atingimento dos objetivos estratégicos do órgão ou entidade;
- b) proporcionar a eficiência, a eficácia e a efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica das operações;
- c) assegurar que as informações produzidas sejam íntegras e confiáveis à tomada de decisões, ao cumprimento de obrigações de transparência e à prestação de contas;
- d) assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria organização, bem como dos contratos, convênios e congêneres firmados;
- e) salvaguardar e proteger bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

A auditoria interna avalia o controle interno da gestão, comunicando a sua avaliação e recomendando ações corretivas ou melhorias para que a Administração as considere e as implemente. Sua posição é separada e distinta da área da Organização que avalia os riscos.

1.2.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS

A atividade de auditoria interna deve avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, verificando se:

- a) os objetivos da Organização dão suporte e estão alinhados com a missão da Organização;
- b) os riscos significativos são identificados e avaliados;
- c) as respostas apropriadas aos riscos foram selecionadas de forma a alinhar os riscos com o apetite de risco da Organização;
- d) as informações de riscos relevantes são capturadas e comunicadas de forma oportuna através da Organização, permitindo que os profissionais de todos os níveis cumpram com as suas responsabilidades.

As principais funções da auditoria em relação à Gestão de Riscos Corporativos (ERM) são:

- a) proporcionar segurança aos processos de gerenciamento de riscos;
- b) garantir que os riscos sejam avaliados corretamente;
- c) avaliar o processo de gerenciamento de riscos;
- d) avaliar a comunicação dos principais riscos;
- e) revisar o gerenciamento dos principais riscos.

1.2.3 AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna é a atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança. As auditorias internas no âmbito da Administração Pública se constituem na terceira linha ou camada de defesa das organizações, uma vez que são responsáveis por proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeira linha ou camada de defesa, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização) e da supervisão dos controles internos (segunda linha ou camada de defesa, executada por instâncias específicas, como comitês de risco e controles internos). Compete às auditorias internas oferecer avaliações e assessoramento às organizações públicas, destinados ao aprimoramento dos controles, de forma que controles mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos de que os órgãos e entidades não alcancem seus objetivos.

1.2.4 AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

Consiste nas atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e da gestão dos administradores públicos federais.

1.2.5 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO

São o conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, dentre outros, operacionalizados de forma integrada por **todos os níveis** profissionais das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais sejam alcançados:

- a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações;
- b) cumprimento das obrigações de accountability;
- c) cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis;
- d) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos;
- e) o aumento da probabilidade de que os objetivos e metas sejam efetivamente alcançados, concentrando-se em verificar se a Organização está mitigando os riscos para sua realização.

1.2.6 CRITICIDADE

A criticidade representa o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a auditar ou a fiscalizar, identificadas em uma determinada Unidade ou Programa. Trata-se da composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos latentes, das trilhas de auditoria ou fiscalização. Deve-se levar em consideração o valor relativo de cada situação indesejada. A criticidade é, ainda, a condição imprópria, por ilegalidade, por ineficácia ou por ineficiência de uma situação de gerência. Expressa a não aderência normativa e os riscos potenciais a que estão sujeitos os recursos utilizados. Representa o perfil organizado, por área, dos pontos fracos de uma organização.

1.2.7 FISCALIZAÇÃO

A fiscalização é uma atividade que visa comprovar se o objeto dos programas de governo existe, se corresponde às especificações estabelecidas, se atende às necessidades para as quais foi definido, se guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes.

1.2.8 GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

O Gerenciamento de Riscos Corporativos (ERM) é um processo contínuo e de abordagem rigorosa, conduzido pelos profissionais em **todos os níveis** da Organização, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar eventos em potencial, capazes de afetá-la, e para administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite ao risco da Organização, possibilitando garantia razoável no cumprimento dos seus objetivos estratégicos.

1.2.9 IMPROPRIEDADE

Impropriedade consiste em falhas de natureza formal que não resulta em dano ao Erário, porém evidencia-se a não observância aos Princípios da Legalidade, Legitimidade, Eficiência, Eficácia e Economicidade.

1.2.10 IRREGULARIDADE

A irregularidade é caracterizada pela não observância aos Princípios da Legalidade, Legitimidade, Eficiência, Eficácia e Economicidade, materializando-se na existência de desfalque, alcance, desvio de bens ou outra conduta de que resulte prejuízo quantificável para o Erário.

1.2.11 MATERIALIDADE

A materialidade refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle, objeto dos exames de auditoria ou fiscalização (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação). Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos.

1.2.12 MATRIZ DE RISCO

A matriz de riscos, ou matriz de impacto, consiste em um dentre inúmeros métodos de representação das avaliações de riscos, como ferramenta auxiliar ao planejamento de auditorias e fiscalizações.

1.2.13 RELEVÂNCIA

A relevância significa a importância relativa ou o papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existentes em um dado contexto.

1.2.14 RISCO

Define-se risco como a possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos. O risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.

1.2.15 RISCO DE AUDITORIA

O risco de auditoria é qualquer evento adverso, capaz de impedir que o objetivo de auditoria seja alcançado e possui três componentes: risco inerente, risco de controle e risco de detecção.

1.2.16 RISCO DE CONTROLE

Risco de controle é o que se relaciona com a possibilidade de que falhas nos controles internos não detectem erros relevantes.

1.2.17 RISCO DE DETECÇÃO

Risco de detecção é o relacionado ao próprio trabalho do auditor e à possibilidade de que suas ações não detectem erros, omissões ou irregularidades existentes.

1.2.18 RISCO INERENTE

Risco inerente é o risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto.

1.3 ÂMBITO

Este Plano aplica-se a todas as Unidades Jurisdicionadas (UJ), Unidades Gestoras Credoras (UG CRED), Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) e Unidades Gestoras de Controle (UG Controle) do Comando da Aeronáutica (COMAER).

1.4 COMPETÊNCIAS

Compete ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), como órgão de Auditoria Interna do COMAER, e para os fins deste Plano:

a) realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade das UG;

b) realizar exames de auditorias e fiscalizações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, operacional e de pessoal nas Unidades Gestoras e na Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe);

c) promover a apuração dos atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais.

1.5 OBJETIVO DA AUDITORIA

A auditoria tem por objetivo primordial garantir resultados operacionais na gerência da coisa pública. Essa auditoria é exercida nos meandros da máquina pública em todas as unidades e entidades públicas federais, observando os aspectos relevantes relacionados à avaliação dos programas de governo e da gestão pública.

1.6 FINALIDADE DA AUDITORIA

A finalidade básica da auditoria é comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e das entidades da Administração Pública, em todas as suas esferas de governo e níveis de poder, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, quando legalmente autorizadas nesse sentido.

1.7 FINALIDADE DO PAAIG

A elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna Governamental para 2017 tem como premissa realizar auditorias e fiscalizações nas Unidades Prestadoras de Contas (UPC), Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC), Unidades Gestoras Credoras (UG CRED) e Unidades Gestoras de Controle (UG Controle). Nesse sentido, o CENCIAR continuará acompanhando o processo de racionalização da estrutura organizacional do COMAER, com especial atenção para as UG EXEC, as quais passaram a ser responsáveis pela centralização da execução orçamentária, financeira e patrimonial, além das atividades de licitações, contratos e pagamento de pessoal de uma série de outras UG EXEC que se tornaram credoras (UG CRED), nos projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), além das fiscalizações de interesse do COMAER.

Para tal, como suporte às suas atividades, o CENCIAR utiliza o Sistema de Auditoria e de Fiscalização (AUDIFISC), ferramenta de TI que permite o monitoramento *on line* das auditorias, a utilização de um banco de constatações de pontos de auditoria comuns, a interação entre auditor e auditado na fase de monitoramento, além de reduzir o tempo de elaboração e envio dos relatórios às Unidades auditadas, reforçando o Princípio da Oportunidade e a tempestividade.

1.8 ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO

Para a definição dos fatores de risco das auditorias foram levantadas, preliminarmente, por intermédio da Divisão de Fiscalização (CENCIAR-5), as informações relativas às execuções orçamentária e financeira, ao pagamento de pessoal, à responsabilidade patrimonial e à arrecadação de recursos próprios, baseadas no critério de materialidade.

Após o estabelecimento dos fatores de risco, para cada um deles foi realizada a tabulação de dados em ordem crescente, definindo-se os intervalos e os números de classes pelo cálculo de Quartis e pela Fórmula de Sturges. Tendo em vista a elevada diferença entre o 3º e 4º quartil, procedeu-se a definição de classes em separado, de forma que a pontuação pudesse ser distribuída de forma harmônica: Sturges foi aplicada em dois intervalos, no 4º quartil e do 1º ao 3º quartil. Em seguida à tabulação dos dados, foi aplicada uma pontuação para cada classe, variando de 1 a 10. Dessa forma, cada UG recebeu uma pontuação, conforme a classe.

Além da materialidade, foram verificados os critérios relativos à criticidade e à relevância, quais sejam: quantidade de UG apoiadas pela mesma UGE e tempo que esse grupo de UG não foi auditado pelo CENCIAR.

Para a definição do número ideal de classes quanto à centralização de UG, não houve a necessidade de divisão por quartis, mas igualmente foi utilizada a Fórmula de Sturges.

Para a análise de tempo decorrido desde a última auditoria, adotou-se o critério de média entre as UG apoiadas, atribuindo pontuação de acordo com o valor assumido pelo grupo.

Em seguida à tabulação dos dados, foi aplicada uma pontuação para cada classe, variando de 1 a 10. Dessa forma, cada UG recebeu uma pontuação.

O somatório dos pontos de todos os fatores de risco representa o levantamento de risco para cada UG.

Por determinação do Exmo. Sr. Chefe do CENCIAR, as UG GAL, GAPS e CELOG foram analisadas individualmente; a UG GAPCEA foi analisada considerando as UG DECEA, CISCEA e ICEA, sem o cômputo da execução parcial dos CINDACTA; e a UG DIRAD foi constituída das UG SDAB, SDEE e SDPP.

Assim, aplicando-se essa metodologia para todas as Unidades, elaborou-se, de forma objetiva e racional, a Matriz de Risco, compondo um panorama das UG do COMAER para servir de instrumento ao planejamento das atividades de auditoria, para a modalidade de Avaliação da Gestão.

De acordo com os critérios estabelecidos para a delimitação do número de auditorias de avaliação da gestão (subitem 4.2.2), havendo empate entre as UG no somatório de pontos da matriz, o desempate se dará pelo maior número de pontos críticos atribuídos à UG.

1.9 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Constituem-se objetos de exames realizados pelo CENCIAR, nas UG do COMAER:

- a) os sistemas administrativos e operacionais de controle interno administrativo utilizados na gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal;
- b) a execução dos planos, programas, projetos e atividades que envolvam aplicação de recursos públicos federais;
- c) a aplicação dos recursos do Tesouro Nacional transferidos a entidades públicas ou privadas, firmadas por convênios, termos de parceria e demais instrumentos congêneres;
- d) os contratos firmados por gestores públicos com entidades públicas ou privadas para prestação de serviços, execução de obras e fornecimento de materiais, bem como sua fiscalização;
- e) os processos de licitação, sua dispensa ou inexigibilidade;
- f) os instrumentos e sistemas de guarda e conservação dos bens e do patrimônio sob responsabilidade das unidades da Administração Direta e entidades da Administração Indireta Federal;

g) os atos administrativos que resultem direitos e obrigações para o Poder Público Federal, em especial, os relacionados com a contratação de empréstimos internos ou externos, assunção de dívidas, securitizações e concessão de avais;

h) a arrecadação, a restituição e as renúncias de receitas de tributos federais;

i) os sistemas eletrônicos de processamento de dados, suas informações de entrada e de saída, objetivando constatar a segurança física do ambiente e das instalações do centro de processamento de dados; a segurança lógica e a confidencialidade nos sistemas desenvolvidos em computadores de diversos portes; a eficácia dos serviços prestados pela área de informática; a eficiência na utilização dos diversos computadores existentes na entidade e a verificação do cumprimento da legislação pertinente;

j) os processos de Tomadas de Contas Especial (TCE), sindicâncias, inquéritos administrativos e outros atos administrativos de caráter apuratório, com o foco no dano ao Erário;

k) os processos de admissão e desligamento de pessoal e os de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;

l) os contratos firmados por gestores públicos com entidades públicas ou privadas para cessão onerosa de área, bem como sua fiscalização;

m) a verificação da normatização e dos atos administrativos que resultem direitos e obrigações no pagamento de pessoal do Comando da Aeronáutica;

n) a arrecadação, a restituição e a renúncia de receitas próprias do Comando da Aeronáutica;

o) os documentos comprobatórios da gestão ou os atos administrativos e seus respectivos lançamentos efetuados nos sistemas de controle;

p) as prestações de contas dos gestores da administração que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos;

q) os processos administrativos de consignações que transferem recursos do pessoal do Comando da Aeronáutica para as Entidades Consignatárias;

r) os processos administrativos de gerenciamento da folha de pagamento de pessoal do Comando da Aeronáutica junto aos bancos conveniados;

s) os controles internos administrativos de conciliação ou cotejamento entre os direitos e obrigações advindos dos atos administrativos e os descontos ou pagamentos efetuados ao pessoal do Comando da Aeronáutica;

t) o Desembaraço Alfandegário;

u) acordos de Offset e cartas de crédito;

v) os projetos de cooperação técnica com organismos internacionais e os projetos de financiamento ou doação de organismos multilaterais de crédito com qualquer órgão ou entidade no país;

w) os controles internos da gestão implantados (1ª e 2ª linhas de defesa);

x) os processos de gerenciamento de riscos corporativos.

1.10 SOBRE IRREGULARIDADES

O auditor, no decorrer de qualquer atividade, deve atentar para as transações ou situações que denotem indícios de irregularidades e, quando obtidas as evidências das mesmas, dar o devido tratamento, com vistas a permitir que os dirigentes possam adotar as providências corretivas pertinentes, de forma oportuna e tempestiva, conforme cada caso.

2 AUDITORIAS

2.1 CLASSIFICAÇÃO

Para elaboração e aplicação do planejamento, será considerada a seguinte classificação das auditorias.

2.1.1 AUDITORIA DE CONTAS

A Auditoria de Contas (ACO) é a ação de controle conduzida pelo órgão de controle interno sobre as peças produzidas pelas Unidades Prestadoras de Contas (UPC) cujos responsáveis terão as contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas à verificação da conformidade e dos resultados da atuação da unidade no exercício a que se referem as contas (Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016).

2.1.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

A Auditoria de Avaliação da Gestão (AVG) tem por objetivo emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) o exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas;
- b) o exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos;
- c) a verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil;
- d) a verificação do cumprimento da legislação pertinente;
- e) a avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos mesmos.

2.1.3 AUDITORIA ESPECIAL

A Auditoria Especial (AEs) tem por objetivo o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizada para atender determinação expressa de autoridade competente. Classifica-se nesse tipo de auditoria, trabalhos não inseridos em outras classes de atividades.

2.2 CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO PAAIG

2.2.1 AUDITORIA DE CONTAS

Serão auditadas as Unidades Gestoras do COMAER, descritas no normativo específico citado em 4.1.1, como Unidades Prestadoras de Contas – UPC, cujos responsáveis terão suas contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União. As UG que serão auditadas estão dispostas no Anexo ‘A’, em campo específico referente à Auditoria de Contas – ACO.

2.2.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Em função do processo de racionalização da estrutura organizacional do COMAER, a Matriz de Risco elaborada para o PAAIG 2017 sofreu alterações, a fim de adequar seus critérios à nova realidade gerencial em execução no âmbito do COMAER.

Dessa maneira, a tabela de critérios e pesos até então utilizada para selecionar as Unidades Gestoras Executoras que seriam auditadas e incluídas no PAAIG do exercício seguinte foi modificada, a fim de que seus resultados demonstrassem as UG que deveriam ser auditadas dentro dos novos parâmetros em vigor no COMAER.

Consequentemente, serão objeto do planejamento das Auditorias de Avaliação da Gestão – AVG, as Unidades Gestoras apontadas pela Matriz de Risco elaborada pelo CENCIAR e relacionadas no Anexo ‘A’.

Em complemento à classificação da Matriz de Risco, as Unidades Gestoras serão auditadas também em acordo com os critérios a seguir:

a) que foram implantadas como Grupamentos de Apoio, centralizando as atividades administrativas de diversas UG apoiadas, com maior pontuação, obrigatoriamente até a 15ª colocada;

b) que não constaram nos PAAA2014, 2015 ou 2016;

c) isoladas territorialmente ou com atuação em área *sui generis*;

d) sediadas no exterior;

e) que tenham recebido Certificado de Irregularidade do TCU;

f) por determinação do Comandante da Aeronáutica, do Chefe do CENCIAR, ou por proposição dos órgãos do controle interno ou externo.

Para a proposição da quantidade de auditorias de avaliação da gestão a serem realizadas no ano de 2017, foram considerados o plano de férias, os feriados nacionais e regionais, principalmente o número de auditores e de semanas disponíveis para os trabalhos de campo, além de outras indisponibilidades, considerando as demais atividades que envolvem os mesmos auditores, tais como: palestras, aulas, seminários, reuniões de padronização, treinamento, atualização, representações e atendimento aos órgãos externos em auditorias e fiscalizações inopinadas, dentre outras.

Assim, as UG relacionadas no Anexo ‘A’ serão auditadas no exercício de 2017, em período previamente acordado entre o Vice-Chefe do CENCIAR e os Comandantes, Chefes, Diretores, e Prefeitos das UG, sendo considerado no planejamento os eventos de cunho oficial ou operacional previstos e conhecidos para as localidades ou outras atividades que poderiam afetar de alguma forma os trabalhos de campo na UG.

No período determinado, serão auditadas as UG relacionadas e poderão ser auditadas todas as suas UG Apoiadas, conforme publicação de Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica para cada auditoria.

Os períodos de auditoria serão informados aos Comandantes-Gerais e Diretores das ODGSA que tenham sua própria UG ou UG subordinadas listadas no PAAIG 2017, por intermédio de ofício específico.

2.2.3 AUDITORIA ESPECIAL

Será auditada a Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), considerando o disposto na Ata de Reunião entre a Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa) e o Centro de Controle Interno da Aeronáutica, realizada em 17 NOV 2016, especificamente quanto à verificação de contratos de fornecimento de bens ou de prestação de serviços firmados em, no mínimo, dois projetos conduzidos pela COPAC, de forma a subsidiar a Auditoria de Contas no Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

3 FISCALIZAÇÕES (FIS)

São as atividades realizadas ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de se atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.

Neste contexto, serão auditadas as obras consideradas relevantes para o COMAER, estabelecidas pelo critério da criticidade e relevância, aquelas sob acompanhamento do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público e Polícia Federal, e obras que necessitem de um acompanhamento em caráter preventivo.

Será realizada fiscalização nas UG conforme disposto no Anexo 'A', em campo específico referente à Fiscalização – FIS.

4 ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO RELACIONADAS AO PAAIG

4.1 AUDITORIAS DE CONTAS

4.1.1 OBJETO – PROCESSO DE CONTAS ANUAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Avaliação dos resultados alcançados na gestão dos recursos alocados nas áreas de atuação do EMAER e da CFIAe, visando à apreciação dos relatórios de gestão e informações suplementares das contas do exercício de 2016, que serão apresentados em 2017 pelos dirigentes das unidades relacionadas no Anexo 'A'.

OBJETIVO. Avaliar os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, no exercício de 2016, visando instruir, adequadamente, os processos de contas anuais dos órgãos envolvidos, segundo os parâmetros preestabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, em especial, quanto à eficiência e à eficácia no cumprimento dos objetivos e das metas (físicas e financeiras), a fim de contribuir para o aperfeiçoamento do processo de planejamento estratégico, da execução e do controle sob suas responsabilidades.

ESCOPO. Colher informações relativas ao planejamento estratégico do Órgão, em especial, quanto às metas e aos objetivos traçados para o exercício de 2016 e às respectivas realizações, em função dos diversos tipos de recursos geridos (orçamentários, financeiros, humanos, tecnológicos, estruturais, organizacionais, dentre outros) conforme os conteúdos de referência previstos no Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 156, de 30 de novembro de 2016, bem como o acordado em reunião realizada entre o CENCIAR e a SecexDefesa, em 17 de novembro de 2016, registrado em Ata, enfatizando os seguintes aspectos:

a) verificação, por amostragem (testes substantivos), de contratos de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços conduzidos pela COPAC, considerando os critérios de relevância, materialidade, criticidade e oportunidade, para averiguação da entrega efetiva do objetivo, do atendimento de cláusulas contratuais (em especial, preço, prazo, escopo), e de eventuais inversões indevidas dos estágios de despesa (empenho, liquidação e pagamento);

b) verificação dos indicadores de eficácia da gestão, para confirmar se estão de fato associados aos produtos pretendidos e se correspondem ao *quantum* de produtos entregues;

c) análise da compatibilidade entre as informações contidas nos relatórios de gestão e as contidas nos sistemas informatizados da Administração Pública Federal, utilizados para o monitoramento e controle da gestão pública, fazendo constar do relatório de auditoria de gestão os dados que correspondam de fato à realidade;

d) verificação da existência de planejamentos estratégico, tático e operacional e sua vinculação com as competências legais das UJ, com os objetivos estratégicos da Aeronáutica e com a Estratégia Nacional de Defesa.

4.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

4.2.1 ÁREA DE DIREÇÃO, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

4.2.1.1 Objeto - Direção (Agente Diretor e Ordenador de Despesas)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Análise das três funções básicas de Governança, alinhadas às tarefas sugeridas pela ISO/IEC 38500:2008 (avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros; direcionar e orientar a preparação, a articulação e

a coordenação de políticas e planos, assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas) e dos princípios da boa governança: a legitimidade, a equidade, a responsabilidade, a eficiência, a probidade, a transparência e a *accountability* (prestações de contas); análise das providências de caráter administrativo adotadas pelo Agente Diretor acerca do planejamento, organização, direção e controle das atividades administrativas da OM, necessárias ao desempenho de suas atribuições legais e ao cumprimento de sua missão institucional, de acordo com a legislação vigente e as determinações emanadas das autoridades competentes; e análise da gestão das atividades, por parte do Ordenador de Despesas, relacionadas à administração orçamentária, financeira, contábil e patrimonial na UG.

OBJETIVO. Verificar as ações de Direção quanto à observação aos Princípios da Administração Pública que estão presentes no Artigo 37 da Constituição Federal Brasileira e, com relação à governança, verificar se: o propósito da Organização está focado em resultados; efetivamente, as funções e os papéis dos agentes públicos e gestores estão adequadamente definidos; as decisões são embasadas em informações de qualidade; existe gerenciamento de riscos; foi ou está sendo desenvolvida a capacidade e a eficácia do corpo diretivo da Organização; existe prestação de contas e se ela envolve, efetivamente, as partes interessadas; existe clareza acerca do propósito da Organização; a estrutura organizacional e as responsabilidades e atribuições da Alta Administração e dos gestores estão definidas e se elas são executadas; existe rigor e transparência sobre a forma como as decisões são tomadas; existem estruturas de aconselhamento, apoio e informação de boa qualidade; existe um sistema eficaz de gestão de risco em operação; os agentes e gestores possuem as habilidades, o conhecimento e a experiência necessária para um bom desempenho de suas atribuições; existe compreensão das relações formais e informais de prestação de contas; existem ações ativas e planejadas de responsabilização dos agentes; e, se estão sendo colocados em prática os valores organizacionais.

ESCOPO. Avaliar o Regulamento, Regimento Interno, Plano Diretor, Plano Setorial, Programa de Trabalho, diretrizes, normas, ordens, orientações e instruções emanadas com vista a boa execução dos serviços. Avaliar o mapeamento de processos de gestão e as análises de riscos administrativos. Com base nos pontos de auditoria registrados pelos auditores das áreas de Licitações e Contratos, Finanças e Pessoal e Bens Patrimoniais, avaliar as ações de direção cabíveis, emanadas do Agente Diretor e do Ordenador de Despesas.

4.2.1.2 Objeto - Controles Internos Administrativos (todos os profissionais da Organização)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA – Avaliação da adequação e da eficácia dos controles em resposta aos riscos dentro da supervisão, operação e sistemas de informação da Organização, em relação à confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais, eficiência e eficácia das operações e programas, salvaguarda dos ativos, e conformidade com Leis, regras, regulamentos, normas, políticas, procedimentos e contratos.

Análise dos elementos estruturantes do controle interno estabelecidos na base estrutural do COSO ICIF (Ambiente de controle; avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação; e atividades de monitoramento).

OBJETIVOS. Verificar se o Agente de Controle Interno está presente, atuando de forma preventiva, em todas as suas funções, administrativa, jurídica, orçamentária, contábil, financeira, patrimonial, de recursos humanos, dentre outras, na busca da realização dos objetivos a que se propõe. Avaliar os mecanismos de controle interno das Organizações,

por meio da atuação dos profissionais em todos os níveis, com o conhecimento da estruturação, rotinas e funcionamento desses controles, de modo a avaliar, com a devida segurança, a gestão examinada. Esses mecanismos compreendem o conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos interligados, estabelecidos com vistas a assegurar que os objetivos das Organizações sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público. Verificar se o objetivo geral dos controles internos administrativos, que é o de evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades, está atingindo os objetivos estratégicos da Organização, por meio dos princípios e instrumentos próprios, destacando-se entre os objetivos específicos, a serem verificados, os seguintes: observação às normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos; exatidão, confiabilidade, integridade e oportunidade das informações contábeis, financeiras, administrativas e operacionais; não cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes; a existência de informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo ou operacional, sobre os resultados e efeitos atingidos; a salvaguarda dos ativos financeiros e físicos quanto à sua boa e regular utilização e a garantia da legitimidade do passivo; a implementação de programas, projetos, atividades, sistemas e operações, que visem à eficácia, eficiência e economicidade na utilização dos recursos; e a aderência das atividades às diretrizes, planos, normas e procedimentos da unidade ou entidade.

ESCOPO. Avaliar o mapeamento dos processos de gestão e a eficácia do sistema de controle interno no nível institucional e setorial, considerando os princípios e componentes relevantes. Adicionalmente, com base nos pontos de auditoria registrados pelos auditores das áreas de Licitações e Contratos, de Finanças e Pessoal e de Bens Patrimoniais, verificar a fragilidade e a necessidade de instituir novos controles internos. Avaliar a integridade e a confiabilidade das Prestações de Contas Mensais.

4.2.1.3 Objeto – Gestão de Riscos Corporativos (todos os profissionais da Organização)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA – Processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer uma razoável certeza em relação ao cumprimento dos objetivos da Organização. A atividade de auditoria reúne informações para apoiar essa avaliação através de múltiplos trabalhos, proporcionando uma compreensão dos processos de gerenciamento de riscos das Organizações e sua eficácia.

Análise dos elementos estruturantes do controle interno estabelecidos na base estrutural do COSO II ERM (ambiente de controle; fixação de objetivos; identificação de eventos; avaliação e gerenciamento dos riscos; resposta ao risco; atividade de controle; informação e comunicação e monitoramento).

OBJETIVOS. Determinar se os processos de gerenciamento de riscos são eficazes, de acordo com a avaliação do auditor quanto a verificar se: os objetivos da Organização dão suporte e estão alinhados com a missão da Organização, os riscos significativos são identificados e avaliados, respostas apropriadas aos riscos são selecionadas de forma a alinhar os riscos com o apetite a risco da Organização, e informações de riscos relevantes são capturadas e comunicadas de forma oportuna através da Organização, permitindo que todos os profissionais cumpram com suas responsabilidades.

ESCOPO. A atividade de auditoria interna deverá:

a) Avaliar as exposições a riscos relacionados à governança, às operações e aos sistemas de informação da Organização, em relação ao alcance dos objetivos estratégicos da Organização, à confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais, à

eficácia e eficiência das operações e programas, à salvaguarda dos ativos, e à conformidade com Leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos;

b) Avaliar o potencial de ocorrência de fraude e como a Organização gerencia o risco de fraude;

c) Auxiliar os Agentes Diretores no estabelecimento ou na melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, abstendo-se de assumir qualquer responsabilidade da Administração da UG de efetivamente gerenciar os riscos.

Adicionalmente, com base nos pontos de auditoria registrados pelos auditores das áreas de Licitações e Contratos, de Finanças e Pessoal e de Bens Patrimoniais, verificar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos dentro da Organização.

4.2.2 ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.2.2.1 Objeto – Gestão de Suprimentos, Bens e Serviços

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Análise de licitações e de seus respectivos contratos.

OBJETIVO. Verificar a legalidade, a legitimidade e a economicidade das aquisições e contratações públicas mediante licitação e seus respectivos contratos administrativos.

ESCOPO. Examinar os processos de aquisição e contratação conforme os tipos e modalidades de licitação, bem como seus respectivos contratos e termos aditivos, quanto à formalização legal e à fiscalização de sua execução (com inspeção física do objeto contratado, se for o caso).

4.2.2.2 Objeto – Gestão Orçamentária

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Acompanhamento da execução orçamentária.

OBJETIVOS. Avaliar a gestão orçamentária quanto à legalidade e à legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência, bem como as metas, os indicadores e os Restos a Pagar.

ESCOPO. Avaliar as atividades de gestão orçamentária, de acordo com a legislação vigente.

4.2.2.3 Objeto - Convênios e Instrumentos Congêneres

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Analisar os processos de concessão, de fiscalização e de prestação de contas de recursos transferidos voluntariamente pelas UG do COMAER, mediante a celebração de convênios e instrumentos congêneres com as entidades da Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, bem como com as entidades privadas, para os convênios de despesa e de receita.

OBJETIVO. Avaliar a execução dos convênios e dos instrumentos congêneres quanto à legalidade e à legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão financeira, por meio de suas respectivas prestações de contas, com base em seus prazos, metas e indicadores.

ESCOPO. Examinar os processos de fiscalização e de acompanhamento de convênios e dos instrumentos congêneres, nos seus termos aditivos e/ou alterações, quanto à formalização legal, a sua execução (com inspeção física do objeto conveniado ou programado, se for o caso), e à integridade e à confiabilidade de suas prestações de contas, em conformidade com o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.

4.2.3 ÁREA DE FINANÇAS E PESSOAL

4.2.3.1 Objeto - Gestão Financeira

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Análise das inclusões, exclusões e alterações de natureza financeira, com efeito nas folhas de pagamento de pessoal, dos pagamentos a fornecedores e respectivas retenções tributárias, e das consistências dos registros no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), das receitas diretamente arrecadadas, do controle de garantias, das cartas de crédito, dos financiamentos e operações de câmbio, das operações no mercado de capitais.

OBJETIVO. Verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de processamento da folha de pagamento de pessoal, pagamentos a fornecedores e das receitas diretamente arrecadadas.

ESCOPO. Exame da documentação comprobatória que deu origem aos pagamentos realizados com recursos orçamentários, assim como de suas respectivas retenções tributárias previstas, e exame da documentação comprobatória das receitas diretamente arrecadadas.

4.2.3.2 Objeto - Gestão de Pessoal

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Análise dos atos que gerem, modifiquem ou extingam direitos financeiros de pessoal, bem como das legislações no âmbito do Sistema de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica (SISPAGAER).

OBJETIVO. Verificar a legalidade, a legitimidade, a eficácia, a eficiência e a economicidade dos atos que dão origem aos direitos e aos descontos lançados nas folhas de pagamento de pessoal civil, inclusive os temporários e pensionistas de civis, militares e pensionistas de militares, propondo melhorias sempre que necessário.

ESCOPO. Exame da documentação comprobatória que deu origem aos pagamentos das diversas rubricas que compõem as folhas de pagamento como, por exemplo: auxílio pré-escolar; auxílio-transporte; compensação orgânica; auxílio-alimentação, ajudas de custo e outros.

4.2.4 ÁREA DE CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS

4.2.4.1 Objeto - Gestão Patrimonial

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Examinar os controles administrativos e contábeis, a situação e condições gerais dos bens e da documentação, bem como a verificação física e a localização dos bens móveis e imóveis de propriedade do União, sob responsabilidade dos Agentes da Administração do COMAER

OBJETIVO. Verificar a observância às normas e aos procedimentos específicos, emanados das autoridades competentes, concernentes à classificação, uso, conservação, movimentação, guarda e segurança dos referidos bens, no âmbito do COMAER ou onde bens de sua propriedade estejam localizados.

ESCOPO. Pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade, examinar os bens que compõem o patrimônio das UG, bem como os atos e fatos administrativos e contábeis decorrentes da gestão desses bens.

4.3 FISCALIZAÇÃO

4.3.1 OBJETO – OBRAS EM ANDAMENTO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Avaliar os resultados alcançados na gestão dos recursos alocados para as obras, bem como todos os procedimentos relacionados ao planejamento, elaboração dos projetos e seus anexos, licenças prévias, impactos de toda ordem, licitações, contratos, materiais empregados, técnicas e métodos de execução, medições, ensaios e testes, fiscalização e acompanhamento e todos os processos relacionados a execução das obras.

OBJETIVO. Avaliar os resultados quantitativos e qualitativos da gestão das obras.

ESCOPO. Verificar, na execução das obras, se correspondem às especificações estabelecidas, se atendem às necessidades para as quais foram planejadas, se guardam coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes.

5 PRAZOS DE AUDITORIA

5.1 AUDITORIA DE CONTAS

Neste caso específico, a auditoria será realizada com o objetivo de avaliar a gestão sob a ótica do processo de contas, tratada por normativos do Tribunal de Contas da União.

O prazo para o trabalho de auditoria será contado da seguinte forma:

- a) trinta dias para a planejamento;
- b) de cinco a vinte dias úteis para a execução dos exames *in loco*;
- c) sessenta dias corridos para apresentação do Relatório de Auditoria, a contar do primeiro dia útil após o término da missão.

5.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

O prazo para o trabalho de auditoria será contado da seguinte forma:

- a) trinta dias para o planejamento;
- b) cinco dias úteis para a execução dos exames *in loco*;
- c) sessenta dias corridos para apresentação do relatório, a contar do primeiro dia útil após o término da missão.

As Auditorias de Avaliação da Gestão serão realizadas com a quantidade de auditores julgada necessária, levando em consideração a matriz de risco elaborada pela equipe de auditores para a auditoria em determinada UG, podendo ser reavaliadas as prioridades de acordo com as suas especificidades.

Nos casos das UG apoiadoras, devem ser consideradas as áreas de gestão das Unidades apoiadas e o período de trabalho poderá ser estendido ou encurtado, em função da complexidade dos exames e dos recursos disponíveis para executá-la, principalmente, nas grandes Unidades Centralizadoras.

5.3 OUTRAS AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES

O tempo de trabalho a ser investido nas demais auditorias deverá ser calculado em função do tema, do objetivo ou do escopo a ser apontado pela autoridade interessada.

Assim, tanto o planejamento como a programação deverão ser detalhados de forma a possibilitar a medição do esforço dispendido ao longo de toda a execução.

Os períodos de trabalho para as auditorias especiais e fiscalizações poderão ser estendidos ou encurtados, em função da complexidade dos exames e dos recursos disponíveis para executá-las.

6 RECURSOS

6.1 HUMANOS

As auditorias e fiscalizações no COMAER poderão ser executadas de forma direta e centralizada, descentralizada ou integrada. As Equipes de Auditoria serão compostas, preferencialmente, por Oficiais e Servidores de nível de assessoramento superior do efetivo do CENCIAR, com treinamento específico na área de auditoria, de acordo com o grau de complexidade e risco de cada UG ou processo auditado, caso a caso.

Excepcionalmente, poderão ser convidados outros Oficiais e Servidores do efetivo das demais Organizações do COMAER, mesmo sem treinamento na área de auditoria, mas que possuam conhecimento e experiência na área a ser auditada, para atuarem como consultores.

O Elemento de Apoio Técnico à Equipe de Auditoria será Graduado ou Servidor assemelhado do efetivo do CENCIAR.

As orientações gerais, com relação à escala e à composição das equipes de auditoria e de fiscalização deverão seguir o disposto na ICA 174-5, de 2015 – Equipes de Auditoria e de Fiscalização e na NPA nº 19-28/CENCIAR-1, de 2016.

6.2 FINANCEIROS

Os deslocamentos dos auditores para as sedes das UG no território nacional e no exterior serão feitos mediante a aquisição de passagens aéreas, com exceção daquelas não abrangidas pela aviação comercial, sendo o transporte realizado por outros meios.

Nas auditorias a serem realizadas nas UG no Exterior, as despesas com diárias e com a aquisição de passagens aéreas serão custeadas com os recursos orçamentários alocados no Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX).

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 VIGÊNCIA

A presente instrução entra em vigor na data de sua publicação.

7.2 ATUALIZAÇÃO

A atualização da presente instrução é da responsabilidade da Vice-Chefia do CENCIAR, em coordenação com a Divisão de Auditoria (CENCIAR-1) e com a Divisão de Fiscalização (CENCIAR-5).

7.3 CASOS NÃO PREVISTOS

Os casos não previstos neste Plano serão submetidos ao Chefe do CENCIAR.

REFERÊNCIAS

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. **Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015**. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_24_2015.pdf> Acesso em: 12 dezembro 2016.

Controladoria-Geral da União. **Instrução Normativa SFC nº 01, de 6 de abril de 2001**. Define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-01-06042001.pdf>> Acesso em: 12 dezembro 2016.

Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa - TCU 156, de 30 de novembro de 2016**. Dispõe sobre a relação das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas de 2016 julgadas pelo Tribunal e especifica a forma, os prazos e os conteúdos para a elaboração das peças de responsabilidade dos órgãos de controle interno e das instâncias supervisoras que compõem os processos de contas, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa - TCU 63/2010.

COSO – Controle Interno – Estrutura Integrada, emitido pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), de maio de 2013. Modelo conceitual para o sistema de controle interno. Disponível em: <http://www.iiabrasil.org.br/new/2013/downs/coso/COSO_ICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf> Acesso em: 12 dezembro 2016.

COSO – Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada, emitido pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), 2007. Modelo conceitual para o sistema de controle interno. Disponível em: <http://www.coso.org/documents/COSO_ERM_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf> Acesso em: 12 dezembro 2016.

IIA Brasil. Instituto dos Auditores Internos do Brasil. **Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) – Guia Prático Avaliando a Adequação do Gerenciamento de Riscos Usando a ISO 31000, 2010**. Disponível em: <http://www.iiabrasil.org.br/new/2013/downs/guia_pratico/Avaliando_a_adequacao_do_gerenciamiento_de_riscos_usando_a_ISO31000.pdf>. Acesso em: 12 dezembro 2016.

Anexo A - UG a serem auditadas e fiscalizadas em 2017

QTD	AUD/FIS	OM	OM APOIADAS	PONTUAÇÃO	SUBORDINAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
1	ACO	EMAER	EMAER	NA	NA	5 A 16/JUN
2	ACO	CFIAe	CFIAe	NA	NA	17 A 21/ABR
3	FIS	CO DCTA	CO-DCTA	NA	DCTA	27 A 31/MAR
4	FIS	CIAAR	CIAAR	NA	COMGEP	13 A 17/MAR 24 A 28/JUL 6 A 10/NOV
5	AEs	COPAC	COPAC	NA	DCTA	27/MAR A 26/MAIO
6	AVG	GAP RJ	CERNAI CGNA CISCEA DECEA DIRAP DIRSA DIRSA/SARAM GEIV HCA ICA III COMAR INCAER IPA JJAER OASD PAME RJ PIPAR SEGECAE	45	SEFA	26 A 30/JUN
7	AVG	GAP SP	ALA 13 BAST CECAT CELOG ILA IV COMAR NUHFASP BASP PAMASP PASP SERIPA IV SRPV SP	37	SEFA	25 A 29/SET
8	AVG	GAP DF	1 BDAEE ALA1 BABR CENIPA CINDACTA I COMAE COMPREP CPBV PABR SERIPA VI VI COMAR HFAB	37	SEFA	6 A 10/MAR

Continuação do Anexo A - UG a serem auditadas e fiscalizadas em 2017

QTD	AUD/FIS	OM	OM APOIADAS	PONTUAÇÃO	SUBORDINAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
9	AVG	GAP RF	ALA 15 BARF HARF CINDACTA III II COMAR OARF PARF SERIPA II	35	SEFA	5 A 9/JUN
10	AVG	GAP AF	ALA 12 BAAF BASC CDA CENDOC CIEAR DCI DIRAD DIRAD/SDAB DIRAD/SDEE DIRAD/SDPP EAOAR ECEMAR HAAF IMAE IPA MUSAL NUPAMA AF PAAF UNIFA V FAE	31	SEFA	3 A 7/ABR
11	AVG	GAP BR	CCA BR CENCIAR CIAER COMGEP COPAC CPO DEPENS DIREF EMAER OABR SEFA	30	SEFA	20 A 24/MAR
12	AVG	GAPCEA	CERNAI CGNA CINDACTA I CINDACTA II CINDACTA III CINDACTA IV CISCEA DECEA GEIV ICA ICEA JJAER PAME RJ SRPV SP	30	DECEA	16 A 20/OUT

Continuação do Anexo A - UG a serem auditadas e fiscalizadas em 2017

QTD	AUD/FIS	OM	OM APOIADAS	PONTUAÇÃO	SUBORDINAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
13	AVG	GAP SJ	CCA SJ CO-DCTA CPORSJ DCTA IAE ICEA IEAV IFI IPEV ITA NUIAOP PASJ	30	DCTA	14 A 18/AGO
14	AVG	GAP MN	ALA 8 CINDACTA IV BAMN HAMN PAMN SERIPA VII VII COMAR	27	SEFA	11 A 15/SET
15	AVG	GAP BE	ALA 9 BABE HABE I COMAR COMARA PABE SERIPA I	27	SEFA	18 A 22/SET
16	AVG	GAP NT	ALA 10 BANT CLBI I FAE PANT	27	SEFA	19 A 23/JUN
17	AVG	DIRAD	SDAB SDEE SDPP	25	SEFA	2 A 6/OUT
18	AVG	GAL	CCA RJ COMGAP CTLA DIRENG DIRMAB DTI PAMAGL PAMB RJ	25	COMGAP	31/JUL A 4/AGO
19	AVG	GAP LS	CIAAR PAMALS	21	SEFA	22 A 26/MAIO
20	AVG	GAP AN	ALA 2 BAAN	21	SEFA	24 A 28/ABR
21	AVG	GAPS	CEMAL CGABEG HAAF HCA HFAG LAQFA	21	COMGEP	15 A 19/MAIO

Continuação do Anexo A - UG a serem auditadas e fiscalizadas em 2017

QTD	AUD/FIS	OM	OM APOIADAS	PONTUAÇÃO	SUBORDINAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
22	AVG	GAP GL	ALA11 BAGL CCA RJ CEMAL CGABEG COMGAP DIRENG DIRMAB DTI HAAF HCA HFAG III FAE LAQFA PAGL PAMA GL PAMB-RJ PAME-RJ SERIPA III	16	SEFA	8 A 12/MAIO
23	AVG	CABW	CABW	15	COMGAP	29/MAIO A 2/JUN
24	AVG	CELOG	CELOG	11	COMGAP	7 A 11/AGO
25	AVG	CABE	CABE	10	COMGAP	28/AGO A 1/SET

Legenda:

ACO – Auditoria de Contas

AEs – Auditoria Especial

AVG – Auditoria de Avaliação da Gestão

FIS – Fiscalização

NA – Não Aplicável

No período determinado, serão auditadas as UG relacionadas, bem como poderão ser auditadas todas as suas UG Apoiadas. Por sua vez, os objetos de exames serão documentos e processos relativos aos exercícios de 2016 e 2017.

ÍNDICE**A**

accountability, 12, 24
aspectos, 15, 19, 23
atos, 14, 15, 17, 19, 22, 26, 27, 28
auditor, 14, 15, 18, 25
auditoria, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 23, 24,
25, 26, 29, 30, 32
auditoria interna, 7, 11, 12, 25, 32
Auditoria Interna, 7, 9, 7, 14, 15, 32
avaliar, 11, 12, 15, 23, 24, 25, 29

C

classificação, 19, 20, 28
conformidade, 11, 19, 24, 26, 27
criticidade, 7, 13, 16, 22, 23, 28

E

ERM, 12, 13, 25, 32

F

fiscalização, 7, 11, 13, 16, 17, 22, 23, 26, 27,
28, 30

I

identificar, 13, 25

M

materialidade, 7, 13, 15, 16, 23, 28
matriz de riscos, 7, 13
missão, 7, 11, 12, 22, 24, 25, 29

N

normativo, 19

O

orientação normativa, 7

P

PAAIG, 1, 3, 7, 9, 7, 15, 19, 20, 23
Princípios, 13, 24
providências, 18, 24, 32

R

relevância, 7, 14, 16, 22, 23, 28
resultados, 7, 15, 19, 20, 23, 25, 26, 28
riscos, 11, 12, 13, 17, 23, 24, 25, 26, 32

S

Sistema, 7, 9, 7, 15, 27, 32
supervisão técnica, 7